



## GEOGRAFIA, HISTÓRIA, ESCRAVIDÃO

Marco Aurélio dos Santos<sup>1</sup>

Em seu importante trabalho sobre os quilombos do Rio de Janeiro, Flávio dos Santos Gomes escreveu que “para o Brasil, em diversas áreas – guardadas as suas especificidades econômicas e demográficas –, cativos, quilombos e comunidades de senzalas desenvolveram práticas econômicas com as quais produziam excedentes que procuravam negociar”<sup>2</sup>. Em outra passagem, narrando os acontecimentos envolvendo um fugitivo chamado Mateus Rebolo, pertencente a Joaquim de Bastos Valbão, do Município de Vassouras, Gomes considerou a hipótese de que, em suas andanças, esse escravo teria conseguido “a proteção das comunidades de senzalas próximas” porque, em determinado momento, ele foi “acoitado pelos pretos” que pertenciam a José da Rosa Medeiros<sup>3</sup>. Em outras passagens do referido trabalho, Flávio dos Santos Gomes preocupou-se em considerar e entender a ação das “comunidades de senzalas”. Essa categoria é tão importante que ela aparece no subtítulo de seu livro.

As “comunidades de senzalas” são uma das ferramentas conceituais amplamente utilizadas pela historiografia brasileira para entender as ações de resistência dos escravos. Não é difícil encontrar em conferências, seminários e mesmo em pesquisas em andamento o uso dessa categoria.

Considerando os avanços das últimas três décadas nos estudos sobre a escravidão brasileira, quando muitos pesquisadores utilizaram-se da categoria “comunidades de senzalas” e de outras que, em minha visão, estão a ela atreladas – como as categorias de “autonomia”, “solidariedade”, “redes de solidariedade” – gostaria de propor, neste artigo, uma discussão a respeito de novas possibilidades de abordagens para as fontes que, comumente, os historiadores usam para entender a escravidão no Brasil. Tomando como base os processos criminais do município de Bananal para o período de 1850 a 1888, pretendo discutir a resistência escrava do ponto de vista dos usos do espaço de plantação.

<sup>1</sup> Doutorando em História Social/ Universidade de São Paulo – USP. E-mail: marcosantos@usp.br.

<sup>2</sup> GOMES, Flávio dos Santos. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. pp. 52-53.

<sup>3</sup> *Ibid.* p. 63. O escravo Mateus Rebolo fugiu de seu senhor em 1836.



### *Geografia dos escravos e geografia dos senhores*

As afirmações de Flávio dos Santos Gomes são um ponto de partida para se pensarem novas abordagens para a compreensão da escravidão e das ações dos escravos em um contexto que lhes era amplamente desfavorável. Na primeira delas, o autor reuniu, na mesma sentença, três expressões – “cativos”, “quilombos” e “comunidades de senzalas” – que caminham semanticamente para direções diferentes. A expressão “cativos” refere-se, diretamente, aos sujeitos que se encontram em uma condição civil bastante específica: são escravos. É um substantivo que remete às pessoas em uma determinada sociedade, apesar de não considerar a variedade das funções dos escravos no processo produtivo. De qualquer modo, é expressão geral e recorrente e seu uso não é incorreto. Já “quilombos” e “comunidades de senzalas” são, em meu entendimento, expressões equivalentes mas se encontram em outro nível. Elas se referem não aos sujeitos, mas ao resultado da ação de determinados sujeitos, ou seja, ao que muitos escravos fizeram no período da escravidão no Brasil. Em princípio, não é incorreto correlacionar tais expressões. Contudo, o uso indiscriminado dessa correlação pode levar a anacronismos. A “comunidade” pode se tornar um sujeito, agindo com vontade própria. Como se pode depreender do primeiro exemplo, os cativos, os quilombos e as “comunidades” praticavam atividades econômicas.

Na segunda afirmação, os “pretos” de José da Rosa Medeiros se transformaram em uma comunidade. Não é possível chegar a maiores conclusões sem a leitura do referido processo criminal. Mas cabem alguns questionamentos: quem seriam esses “pretos” que ajudaram o fugitivo Manoel Rebolo? Quantos escravos participaram da ajuda? Dois, três, todos os escravos de José da Rosa Medeiros? Por que eles ajudaram o escravo? Foram movidos por interesses de solidariedade ou por interesses econômicos? Eram homens e mulheres? Qual a profissão desses escravos? Esse escravista possuía quantos cativos? Muitas questões poderiam ser formuladas e todas elas seriam importantes para se reconsiderar o uso da categoria de “comunidade”.

Conforme notou Sheila de Castro Faria, muitos historiadores entenderam a formação de comunidades, de identidades ou mesmo de classe social a partir dos casamentos, das relações de compadrio, das irmandades e da ocorrência de revoltas. Para essa autora, os autores que usaram essa



categoria não definiram o conceito. Além disso, baseando-se em um artigo de G. A Hillery de 1955, Sheila Faria apontou para a existência de pelo menos 94 definições de “comunidade”, indicando que o campo semântico dessa categoria é bastante extenso<sup>4</sup>.

Os casamentos, as relações de compadrio, as revoltas e as irmandades foram, de fato, importantes para a formação de “redes de relacionamentos” dos escravos. Mas entendo que essas redes construídas pelos escravos tiveram, em muitos momentos, vínculos que se fragilizavam.

Em minha pesquisa com processos criminais do município cafeeiro de Bananal deparei-me com diversos casos envolvendo fugitivos e não posso afirmar que as “comunidades de senzalas” ajudavam esses escravos, mas sim que determinados escravos de alguma propriedade movidos, na maioria das vezes, por interesses econômicos, ajudavam os fugitivos. Posso afirmar com segurança que as “comunidades de senzalas” não *atuavam* no sentido de ajudar os fugitivos e não *agiam* em qualquer outro sentido. O anacronismo a que me referi anteriormente é justamente esse: tornar a “comunidade” um sujeito histórico que passa a ter, como outros sujeitos sociais, uma agência.

Não seria possível neste artigo analisar os diversos casos de minha pesquisa para discutir as ações dos escravos e suas relações com outros cativos e homens livres. Gostaria, ao contrário, de trabalhar com algumas regularidades que pude perceber em processos criminais que envolvem fugitivos. A primeira delas refere-se a uma questão central na vida de um escravo fugitivo: a mobilidade. Para se manter longe da propriedade de seu senhor e não ser capturado pelas rondas e pelas patrulhas, o escravo devia se movimentar e escolher lugares para se esconder. Muitas vezes esses lugares eram isolados e escolhidos com reflexão pelos cativos. Quando os fugitivos faziam tocas e ranchos em capoeiras, eles não escolhiam esses espaços agrários de modo irrefletido. Os processos criminais envolvendo escravos que fugiam e não se dirigiam a lugares distantes indicam que as capoeiras foram um dos locais de abrigo desses escravos. Por quê? Segundo João Luis Ribeiro Fragoso, as capoeiras eram os espaços agrários da fazenda que haviam sido usadas para o plantio do café e foram “convertidas em vegetação secundária”<sup>5</sup>. Escolher as capoeiras como espaço de refúgio significava, para os fugitivos, apropriar-se de um espaço que era relativamente pouco frequentado e fiscalizado pelos senhores e seus prepostos. A consideração dessa escolha leva o

---

<sup>4</sup> FARIA, Sheila de Castro. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. *Tempo*, Rio de Janeiro, 22: 122-146. pp. 144-145.

<sup>5</sup> FRAGOSO, João Luis Ribeiro. Sistemas agrários em Paraíba do Sul – um estudo de relações não-capitalistas de produção. Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.



historiador a entrever a geografia como um dos elementos fundamentais para a ação escrava, principalmente quando os cativos se encontravam na condição de fugitivo. Esses escravos muitas vezes escolhiam os lugares ermos, pouco frequentados, os matos, as capoeiras e mesmo os cafezais.

Outro dado da vida de um fugitivo refere-se aos auxílios que ele recebia de outros sujeitos, sejam escravos ou não. Alguns fugitivos poderiam ser acoitados por um liberto, por outro escravo ou mesmo por homens livres. Em minha pesquisa, deparei-me com diversos processos criminais que envolveram escravos que, ao fugirem, ficaram um bom tempo nas imediações da propriedade de seu senhor o que me permitiu concluir que a fuga não foi, em muitos casos, uma arremetida para lugares distantes. É o que fez, por exemplo, a escrava Justina, pertencente ao major Henrique José da Silva. Ela ficou escondida por mais ou menos um ano nas vizinhanças da propriedade de seu senhor, tendo sido acoitada no centro de Bananal por um forro de nome Felipe. Após um tempo na casa de Felipe – o processo não permite dizer quanto tempo a escrava ficou acoitada por Felipe –, ela foi avisada por seu protetor que algumas pessoas na Cidade já desconfiavam da existência de um fugitivo em sua casa. Temendo ser presa, Justina saiu da casa de seu protetor e encontrou-se com outros escravos, ficando escondida em capoeiras e matos até ser presa. De qualquer modo, a movimentação dessa escrava foi um fator fundamental para, junto com os lugares escolhidos, determinar o êxito – parcial, porque ela acabou sendo presa – da fuga<sup>6</sup>.

Contudo, esses fugitivos tinham um calcanhar de Aquiles. Dadas as precárias condições de existência enquanto se encontravam longe da propriedade senhorial, esses escravos tinham de roubar ou furtar casas de negócios para sobreviver. E, desse modo, as autoridades conseguiam descobrir a ação de fugitivos nas redondezas, redobrando a atenção e planejando meios para capturar os assaltantes.

Existiram também fugitivos que se dirigiram para outras localidades e tentaram se passar por homens livres, conseguindo, por vezes, empregos em propriedades rurais de municípios distantes. E

---

<sup>6</sup> Este processo criminal está arquivado no Museu Histórico e Pedagógico Major Novaes, em Cruzeiro/SP. Ver Museu Major Novaes (doravante MMN)/ Caixa 25/ n° de ordem 576. Esse processo é rico em detalhes sobre a experiência dos fugitivos. O escravo Domingos, pertencente a Marcos de Oliveira Arruda, foge de seu senhor e encontra-se com Justina e Alexandre, que pertencia a Rodrigo Ribeiro de Miranda. Esses cativos fizeram, durante o tempo em que se encontravam fugidos, negócios com um forro de nome José e com escravos de outras propriedades. Foram presos após assaltarem a casa de negócios de João Baptista de Oliveira.



mesmo nesses casos a mobilidade, os espaços escolhidos para se esconder e por vezes o roubo/furto e o auxílio de pessoas livres foram recorrências na vida dos fugitivos<sup>7</sup>.

Esses elementos acima apontados foram comuns na ação dos escravos fugitivos. Partindo dos casos envolvendo esses escravos, foi possível observar que os usos do espaço e a mobilidade foram de fundamental importância para a ação de resistência desses cativos.

A historiadora Stephanie M. H. Camp procurou entender a história da escravidão no “Velho Sul” (Estados Unidos) a partir dessas categorias. Utilizando-se de alguns conceitos vinculados à Geografia, Camp procurou estudar, dentre outras questões, os usos alternativos que os escravos faziam do espaço de plantação. Em seu trabalho, os termos “geografia rival”, “formas cotidianas de resistência” e “geografia da contenção” (para as ações senhoriais de fiscalização da escravaria), são constantemente usados como uma ferramenta para se entender a ação de resistência dos escravos<sup>8</sup>. De outro lado, é importante salientar que muitos pesquisadores brasileiros utilizaram as questões do espaço para procurar entender as ações dos escravos e suas formas de resistência. Apesar de não transformarem o espaço e as questões geográficas em um objeto de estudo para entender a escravidão, esses estudiosos produziram entendimentos que permitem vislumbrar a força das categorias relacionadas à Geografia e à cultura material<sup>9</sup>.

Em minhas pesquisas com processos criminais de Bananal para o período de 1850 a 1888, pude perceber que a geografia e a cultura material foram duas ferramentas importantes para se pensar as ações de resistência dos escravos – como demonstrei acima com os exemplos dos escravos fugitivos que escolhiam as capoeiras para construir suas tocas e ranchos. Os escravos conseguiam aprender a respeito dos espaços permitidos e proibidos e agiam dentro de uma realidade que pretendia limitar sua ação e que se pautava pela violência senhorial. Eles sabiam, outrossim, em qual lugar poderiam conviver e qual representava o poder senhorial; quais eram os espaços que eles tinham de estar e quais eram aqueles em que sua movimentação era limitada ou proibida. A questão dos espaços permitidos e proibidos está intimamente relacionada à questão dos tempos igualmente

---

<sup>7</sup> Ver, por exemplos, o caso citado por Hebe Mattos e que envolve dois escravos de Bananal. MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. pp. 43-44.

<sup>8</sup> CAMP, Stephanie M. H. *Closer to freedom. Enslaved Women and everyday resistance in the plantation South*. Chapel Hill and London. The University of North Carolina Press. 2004.

<sup>9</sup> Ver, a esse respeito, o rápido balanço bibliográfico que fiz para o VII EPOG. SANTOS, Marco Aurélio dos Santos. *Geografia da escravidão: balanço bibliográfico*. Anais do VII EPOG – Encontro de Pós-Graduandos – FFLCH/USP. São Paulo: novembro de 2012.



permitidos e proibidos. Por isso, as técnicas de controle dos proprietários de escravos foram, além das questões vinculadas ao espaço, questões temporais.

A importância de se considerarem o espaço e o tempo como dois componentes presentes na vida dos sujeitos escravizados encontra-se no fato de que é possível, desse modo, “ver” essas pessoas e suas movimentações e estratégias de sobrevivência bem como o funcionamento do poder senhorial e as estratégias usadas para garantir o trabalho eficiente dos escravos.

Conforme salientaram diversos pesquisadores, nas fazendas cafeeiras do Vale do Paraíba, especialmente aquelas de grande porte, os controles sobre os escravos envolveram uma disposição particular do espaço. Em muitas propriedades, a disposição em quadra dos edifícios, com o terreiro como elemento agregador das diversas construções, foi uma das estratégias para se realizar o controle e a vigilância da mão de obra<sup>10</sup>. Como corolário, é possível entender que em uma sociedade escravista o espaço teve vital importância para promover a disciplina. Um dos exemplos colhidos em processos criminais envolve a Fazenda do Resgate, localizada em Bananal, cuja proprietária era Domiciana Maria de Almeida Vallim<sup>11</sup>. O caso em questão refere-se ao assassinato do administrador Antonio Rodrigues de Castro, ocorrido na segunda-feira, dia 26 de fevereiro de 1883. O assassino foi Sebastião, um dos escravos da fazenda que temia ser punido por ter voltado no dia anterior à senzala quando o portão da quadra já se encontrava fechado. O depoimento de Clemente, parceiro de cativo do assassino, revela como a disposição em quadra foi um importante elemento de normatização. Prestando depoimento no dia seguinte ao assassinato, esse escravo disse que o feitor Antonio Ignácio, também escravo, “tendo formado a gente digo tendo gritado à gente que estava embolado dentro do quadrado para se formar na frente do sobrado, como é de costume, neste ato chegou o administrador Antônio Rodrigues Castro, e ordenou que o feitor prendesse o preto Sebastião que ainda estava com a gente dentro do quadrado (...)”. Essas palavras são exemplares para se pensar a importância do espaço como elemento de controle. Primeiro porque

---

<sup>10</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 13 (2): 165-188, jul.-dez. 2005. Em seu clássico estudo, Stanley J. Stein escreveu que as fazendas cafeeiras “eram projetadas em quadriláteros funcionais”. STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba – com referência especial ao município de Vassouras..* São Paulo: Brasiliense, 1961. p. 26.

<sup>11</sup> Sobre a Fazenda do Resgate, ver CASTRO, Hebe Maria Mattos de & SCHNOOR, Eduardo. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1995. p. 169. MARQUESE, Rafael de Bivar. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da Fazenda Resgate. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 18 (1): 83-128, jan.-jun 2010.



a referência espacial está presente no depoimento: o quadrado e o sobrado são dois componentes espaciais comuns das áreas cafeeiras. Também se verifica que o terreiro, não mencionado no depoimento mas subentendido na fala de Clemente, era um espaço fundamental, junto com a disposição em quadra dos edifícios da propriedade, para a organização dos escravos no início de um dia de trabalho – que, deve-se sublinhar, iniciava-se cedo, por volta das quatro horas da manhã. Para organizar os escravos que saíam “embolados” da senzala – como era de se esperar, considerando o horário em que os cativos se levantavam –, o feitor, com um grito, conseguiu facilitar seu trabalho de formar os escravos em frente ao sobrado. Tal facilidade adquire relevo se considerarmos o número de escravos que trabalhavam na referida fazenda. No ano da morte de Manoel de Aguiar Vallim, marido de D. Domiciana, havia 278 pessoas entre escravos e ingênuos trabalhando na referida fazenda. Acredito que para o ano de 1883, esse número não deve ter se alterado significativamente<sup>12</sup>.

Por fim, não se deve deixar de lado a expressão “como é de costume”. Como se vê, os escravos eram obrigados a cumprir uma série de “protocolos espaciais” que estavam vinculados à sua rotina de trabalho. A rotinização das atividades diárias também foi uma das formas de controle utilizadas pelos senhores e seus prepostos<sup>13</sup>.

Os dois casos acima citados são exemplares do que se pode chamar de geografia dos escravos – no processo de Justina – e geografia senhorial – no caso envolvendo Sebastião. Essas duas categorias podem levar à consideração de uma geografia da escravidão porque remetem, por um lado, aos usos que os escravos faziam do espaço de plantação e, por outro, aos controles realizados por feitores, administradores e senhores sobre a mobilidade e o corpo dos cativos. A geografia senhorial estava inscrita na arquitetura das grandes fazendas e na paisagem rural com a disposição dos edifícios em quadra; com a centralidade dos terreiros; com a paisagem agrária dos morros de pés de café plantados em linha, formando corredores que facilitavam a fiscalização do trabalho dos escravos; com a aplicação cotidiana da idéia do cativo que implicava em promover o controle do espaço, do tempo e do movimento dos cativos; com a legislação que visava à repressão

---

<sup>12</sup> Conforme inventário de Manoel de Aguiar Vallim datado de 1878. MMN/ Caixa 170/ Número de ordem 3472. 1º Ofício. Esse escravista possuía no ano de sua morte mais 122 escravos na Fazenda das Três Barras, 37 na Fazenda da Cruz e 193 cativos na Fazenda da Bocaina, totalizando 630 trabalhadores, entre escravos e ingênuos. O processo criminal envolvendo o escravo Sebastião encontra-se arquivado no MMN/ Caixa 47/ nº de ordem 987.

<sup>13</sup> A expressão “protocolos espaciais” foi cunhada por Rafael de Bivar Marquese quando analisou o caso da Fazenda do Resgate. Ver MARQUESE, Rafael de Bivar. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual... *op. cit.*



(para citar um exemplo, as definições dos Códigos de Posturas dos Municípios); com os investimentos senhoriais sobre o corpo dos escravos (ferro ao pescoço, tronco etc.); com as reservas de mata virgem para garantir as futuras plantações; com o plano dos estabelecimentos construídos que procurava unir, sempre que possível, a adequação estética (espaço cognitivo) e as funções econômicas; com a disciplina de trabalho que fazia do eito uma obra pensada e severamente organizada; por fim, com o governo dos escravos e dos homens livres em geral no plano local – e mesmo nos planos regional e nacional – com vistas à manutenção da ordem. A construção de uma geografia senhorial ocorreu ao longo do século XIX e teve como preocupação central a manutenção da ordem. Ela pode ser entendida como um processo histórico que se desenvolveu com a estruturação do Estado Nacional e com a expansão da cafeicultura pela região do Vale do Paraíba a partir do início do século.

No âmbito local, as preocupações funcionais dos espaços produtivos de uma fazenda de café estiveram associadas aos interesses de representação social dos proprietários da fazenda. O simbolismo daí decorrente teve como alvo os homens livres e os escravos. James A. Delle denominou estes efeitos de representação social de “espaço cognitivo”<sup>14</sup>. Os senhores procuraram agir conscientemente para construir, portanto, os seus espaços cognitivos, o seu *éthos* geográfico, que produziram como consequência efeitos de representação social. As relações sociais e políticas que se construíram em Bananal (e também em muitas outras cidades do Vale do Paraíba cafeeiro) determinaram a ação dos grandes escravistas na construção dos espaços cognitivos de suas propriedades. A arquitetura das propriedades rurais, ou o que James Delle chamou de espaço material (das casas de vivenda monumentais e de todo o conjunto da propriedade senhorial), desempenhou seu papel de importância para manifestar o poder social e político dos grandes senhores. Isso ocorreu com mais restrições para os pequenos e médios escravistas. Ao contrário, esses pequenos e médios proprietários, junto com os escravos e os homens livres em geral, foram os consumidores dos efeitos de representação social propalados pelas construções monumentais das fazendas dos grandes escravistas.

Observando-se o que se escreveu a respeito das fazendas do Vale do Paraíba, Rafael de Bivar Marquese notou que muitas delas caracterizavam-se por construções de “casas de vivenda

---

<sup>14</sup> “As the term implies, cognitive space is a mental process by which people interpret social and material space” DELLE, James A. *An archaeology of social space: analyzing coffee plantations in Jamaica’s Blue Mountains*. New York: Plenum Press, 1998. pp. 38-39.



monumentais” além de aproximarem casa-grande e senzala. É muito comum observar, na região em foco, senzalas em quadra (por exemplo, a fazenda Boa Vista, em Bananal e a fazenda do Retiro, em Paraíba do Sul). Essa “integração estreita entre moradia escrava e moradia senhorial”, verificada em fazendas de café no Vale do Paraíba, determinou as relações sociais dos sujeitos e os respectivos usos do espaço de plantação. As “casas de vivenda monumentais” manifestavam uma “carga de representação” que expressava o poder social e político dos senhores sobre a população local<sup>15</sup>. Também Marcos José Carrilho observou, ao fazer referência à obra de P. J. Laborie intitulada *O fazendeiro de café na ilha de São Domingos*, a intenção de se construir a casa-grande para permitir o “domínio visual das instalações”, visando ao “controle do conjunto das atividades”. Esse domínio visual fez-se presente em muitas fazendas de café do Vale do Paraíba. Dentre elas, sem dúvida, estão a fazenda Resgate, já mencionada com o caso do escravo Sebastião. Temos, portanto, a partir dos estudos de Carrilho e Marquese, o entendimento de que os senhores agiam para construir um complexo produtivo que atenderia, ao mesmo tempo, às exigências da produção econômica e aos anseios simbólicos de demonstração de poder<sup>16</sup>.

O espaço de plantação com todas as suas partes constituintes (o que se poderia denominar de espaço material), com seu significado simbólico para a população, influenciou as relações de poder e determinou, no cotidiano das relações sociais, o espaço de que cada sujeito poderia usufruir, de acordo com sua posição social e sua função no processo produtivo. E, como se viu com o exemplo dos fugitivos – e também dos escravos que furtavam café das tulhas, daqueles que encontravam na mobilidade autorizada pelos senhores ou administradores a oportunidade de conseguir vender ou comprar objetos e levar informações às senzalas –, os escravos procuravam agir dentro das circunstâncias que lhes eram impostas.

Nesse sentido, vale a pena pensar a respeito do entendimento de Maria Helena P. T. Machado acerca dos furtos dos escravos. “Remontar a dinâmica dos furtos escravos significa resgatar a história de senhores atribulados pela necessidade de aperfeiçoar constantemente as estratégias capazes de vencer a capacidade de improvisação dos cativos, que, às dificuldades respondiam com criatividade” escreveu essa autora acerca dos pequenos furtos cometidos pelos

<sup>15</sup> MARQUESE, Rafael de Bivar. Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das *plantations* escravistas americanas no século XIX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 14 (1): 11-57, jan.-jun, 2006. p. 50.

<sup>16</sup> CARRILHO, Marcos José. Fazendas de café oitocentistas no Vale do Paraíba. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 14 (1): 59-80, jan.-jun 2006. p. 62.



cativos nas localidades de Campinas e Taubaté no século XIX. Se se considerar a dimensão espacial na experiência dos sujeitos escravizados, o termo “improvisação” poderia ser reconsiderado. Porque os furtos e a posterior comercialização em outros locais da cidade ou em vendas próximas à fazenda não aconteciam de modo improvisado. A leitura dos processos criminais permite entrever uma ação dos escravos com base no conhecimento do espaço e dos tempos permitidos e proibidos, o que garantiria a esses movimentos uma relativa segurança para o sucesso de suas ações furtivas. Uma escrava doméstica que tivesse seu espaço de trabalho restrito à casa-grande e que desconhecesse caminhos para fora da propriedade de seu senhor teria amplas dificuldades de “improvisar” um furto e comercializar seu produto nas vendas da região.

Assim, a geografia dos escravos remete para as ações realizadas pelos cativos para dentro e para fora do espaço da propriedade de seus senhores e em relação ao espaço material. Tais ações inserem-se na paisagem escravista e relacionam-se com a arquitetura do poder senhorial. As fontes de minha pesquisa permitem observar que os cativos se utilizavam, em muitos momentos, dos espaços da propriedade senhorial de modo distinto dos desejos senhoriais.

A interpretação da agência escrava a partir dos pressupostos acima delineados permite levantar algumas hipóteses que podem ser observadas e analisadas nos processos criminais. Dentre elas, destacamos:

1. A organização do espaço de produção e das terras das grandes fazendas cafeeiras tinha como finalidade promover o controle da movimentação alternativa dos escravos e submeter uma parcela da população de homens livres.
2. A “mecânica do poder”<sup>17</sup> senhorial se efetivava também na arquitetura das fazendas cafeeiras, nas diversas construções que garantiam a produção do café e nos matos, nas capoeiras e nos próprios cafezais.
3. Os escravos utilizavam o espaço de plantação de modo alternativo para construir estratégias de sobrevivências e válvulas de escape à dominação senhorial. Tais usos alternativos dependiam diretamente da função do escravo no processo produtivo<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> Michel Foucault define a categoria de “mecânica do poder” em *Vigiar e Punir*. Ver FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 119.



4. Escravos submetidos a proprietários de uma grande escravaria puderam construir relações com a geografia senhorial de um modo bastante diverso daqueles que estavam ligados a proprietários com poucos escravos.
5. Mulheres e homens escravizados construía relações diferenciadas com o espaço de plantação.
6. Grandes propriedades rurais e pequenas e médias propriedades remetem a diferentes relações dos sujeitos com o espaço.
7. A tentativa de controle da escravaria e a existência de uma série de necessidades que permitiam a mobilidade dos sujeitos escravizados criavam, intrinsecamente, uma série de conflitos. Ao permitir a mobilidade de alguns escravos e a conformação de territórios (a roça escrava, por exemplo), os senhores possibilitavam aos sujeitos escravizados apropriações dos espaços interno e externo. Tais apropriações geravam uma antítese às obrigações impostas aos escravos. Havia, portanto, exigências de controle; porém, com a mobilidade e a conformação de territórios, a escravaria formava seus próprios espaços de atuação, gerando contradições que provocavam crises e conflitos. Processos criminais envolvendo assassinatos de senhores, administradores e feitores geralmente são exemplos desses embates.

### *Conclusão*

Tais considerações sobre a geografia da escravidão ganham relevo se consideradas à luz das pesquisas sobre a concentração de escravos e sobre a concentração de riqueza de muitos municípios cafeeiros do Vale do Paraíba. Para o caso específico de Bananal, como demonstrou a pesquisa de Iniciação Científica de Breno Servidone Moreno, a maioria dos escravos estava vinculada a grandes

---

<sup>18</sup> Stephanie Camp fala em “alternative mapping of plantation space” e “alternative ways of knowing and using plantation space”. Ver CAMP, Stephanie M. H. “I could not stay there”: enslaved women, truancy and the geography of everyday forms of resistance in the antebellum plantation south. *Slavery & Abolition*, London, 23 (3): 1-20. 2002. Ver também seu trabalho já citado anteriormente.



e megaproprietários rurais – possuidores de mais de 50 cativos<sup>19</sup>. Ou seja, grande parte dos escravos viveu suas experiências de cativo, seu cotidiano de trabalho, de resistência e de formação de redes de relacionamentos em termos de apropriação do espaço de plantação debaixo das vistas e do controle de proprietários de grandes escravarias.

Para concluir este breve ensaio sobre a geografia da escravidão, gostaria de sublinhar que esse tipo de leitura das fontes documentais permite entrever uma mecânica do poder senhorial pautada pela lógica de “vigiar e punir”. O pensamento senhorial e as ações das autoridades em Bananal procuraram colocar em prática essa lógica. A coação, o controle da mobilidade, os investimentos feitos no corpo dos escravos e a organização de uma “geografia da contenção” representavam ações de vigilância e de controle sobre a escravaria. Os castigos eram a punição para aqueles que transgrediam as regras senhoriais. A movimentação dos cativos era regulamentada e controlada nos espaços público e privado. Mas tal lógica não se baseou no “panoptismo”, no poder invisível que vê e não é visto<sup>20</sup>. No âmbito privado, no interior das propriedades rurais, o espaço material das fazendas cafeeiras de Bananal e as relações sociais aí construídas mostraram que o poder senhorial e a presença física do senhor e de sua família, bem como dos administradores, feitores e de todos os códigos disciplinares, estavam próximas dos escravos e eram visíveis a eles. Casa-grande e senzala estavam especialmente avizinados. Senhor e escravo moravam próximos uns dos outros. O escravo “via/vivenciava” todos os dias o poder senhorial, através da casa-grande monumental, de uma organização espacial caracterizada pelo controle e pela contenção e por meio da presença física aproximada do senhor, dos feitores e dos administradores. Era confinante o espaço de convivência daqueles que reprimiam e dos subjugados. A análise dos processos criminais em termos de uma geografia da escravidão ajuda a entender os embates ocorridos entre o poder

---

<sup>19</sup> Pesquisas nos inventários do arquivo do Museu Histórico e Pedagógico Major Novaes demonstram que a concentração social da propriedade escrava foi muito elevada em Bananal. Breno Moreno demonstrou que no período entre 1830 e 1869 os grandes e megaproprietários, sendo minoria no total dos proprietários de escravos, concentravam grande número de cativos. Assim, na década de 1830, estes grandes e megaproprietários de escravos representavam 10% do total dos escravistas que produziam café mas detinham cerca de 55% do total de escravos da localidade. Na década seguinte, esses escravistas eram cerca de 13,5% e concentravam mais ou menos 74,3% de todos os escravos. No período de 1850 a 1859, a concentração social da propriedade escrava também se mantinha elevada. Os grandes e megaproprietários eram 29,6% e detinham 83,1% dos escravos. Entre 1860 e 1869, esse grupo representava 19,5% do total de escravistas que produziam café e eram proprietários de 73,2% dos escravos. MORENO, Breno Aparecido Servidone. *Café e escravidão no Caminho Novo da Piedade: a estrutura da posse de escravos em Bananal, 1830-1888*. Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica, FAPESP, 2008.

<sup>20</sup> Para o panoptismo, ver FOUCAULT, Michel. *op. cit.* pp. 162-187.



senhorial e os escravos no cotidiano das relações sociais. Permite, outrossim, uma nova leitura da resistência escrava.

### *Bibliografia*

CAMP, Stephanie M. H. *Closer to freedom: Enslaved Women and everyday resistance in the plantation South*. Chapel Hill and London. The University of North Carolina Press. 2004.

\_\_\_\_\_. "I could not stay there": enslaved women, truancy and the geography of everyday forms of resistance in the antebellum plantation south. *Slavery & Abolition*, London, 23 (3): 1-20. 2002.

CARRILHO, Marcos José. Fazendas de café oitocentistas no Vale do Paraíba. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 14 (1): 59-80, jan.-jun 2006.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de & SCHNOOR, Eduardo. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1995. p. 169.

DELLE, James A. *An archaeology of social space: analyzing coffee plantations in Jamaica's Blue Mountains*. New York: Plenum Press, 1998.

FARIA, Sheila de Castro. Identidade e comunidade escrava: um ensaio. *Tempo*, Rio de Janeiro, 22: 122-146. pp. 144-145.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul – um estudo de relações não-capitalistas de produção*. Dissertação de Mestrado em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1983.

GOMES, Flávio dos Santos. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 13 (2): 165-188, jul.-dez. 2005.

\_\_\_\_\_. Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das *plantations* escravistas americanas no século XIX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 14 (1): 11-57, jan.-jun, 2006.

\_\_\_\_\_. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da Fazenda Resgate. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 18 (1): 83-128, jan.-jun 2010.



MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MORENO, Breno Aparecido Servidone. *Café e escravidão no Caminho Novo da Piedade: a estrutura da posse de escravos em Bananal, 1830-1888*. Relatório de Pesquisa de Iniciação Científica, FAPESP, 2008.

SANTOS, Marco Aurélio dos Santos. *Geografia da escravidão: balanço bibliográfico*. Anais do VII EPOG – Encontro de Pós-Graduandos – FFLCH/USP. São Paulo: novembro de 2012.

STEIN, Stanley J. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba – com referência especial ao município de Vassouras..* São Paulo: Brasiliense, 1961.